**FORMAÇÃO DO CAPITAL**

A noção de capital é familiar e de uso generalizado, mas de difícil definição. Antes de tudo, portanto, é necessário esclarecer o próprio conceito de capital.

O conceito mais próximo é o de "riqueza". De forma geral, o objetivo explícito de quem maneja capitais num sistema capitalista é tornar-se rico. No entanto, a riqueza não significa a mesma coisa para o indivíduo e para o país. Tomemos o exemplo de uma pessoa que comprou uma casa a baixo preço, prevendo que a área em que se situa a casa irá sofrer valorização geral. Depois de seis meses a mesma pessoa revende a casa, digamos, pelo dobro do preço. É indiscutível que esta pessoa enriqueceu. Mas do ponto de vista do país, da economia como um todo, houve alguma modificação? É óbvio que não, pois o interessado não construiu nada, não aumentou o patrimônio de riqueza da sociedade.

Inversamente, podemos conceber - e os exemplos são muitos - uma pessoa que empatou o seu dinheiro para construir um prédio, e por uma série de razões acabou perdendo dinheiro, não conseguindo recuperar o investimento inicial. No entanto, o prédio está aí, e várias famílias poderão viver nos apartamentos construídos. O indivíduo perdeu, a sociedade ganhou.

É preciso distinguir, em consequência, o problema no nível do indivíduo, e o problema no nível da sociedade. Quando um enriquece a custa de outro, através de especulações comerciais, jogo sobre os preços, venda de ações, etc., há uma simples transferência de riqueza, perdendo um o que ganhou o outro, sendo neutro o resultado para o país.

Este tipo de movimento, de aplicações e especulação financeira, pode ser muito importante. No caso da Tailândia, por exemplo, Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de economia, explica como se depena um país: um especulador de Wall Street pede um empréstimo na Tailândia, em moeda local. Como se trata de uma grande financeira americana, os bancos locais ficam encantados. De posse de bilhões em moeda local, o especulador passa a comprar dólar no mercado local, sabendo que as reservas do país são limitadas. O dólar sobe rapidamente, pois outros agentes econômicos locais, assustados, passam a comprar dólar também. Com pouco tempo, o dólar duplica de valor, o especulador revende dólares suficientes para saldar a dívida com os bancos locais, e leva para casa 400 milhões de dólares para cada bilhão empatado. Ganhou um rio de dinheiro, não produziu nada – pelo contrário desorganizou uma economia, empobreceu os poupadores de um país já pobre. O mesmo mecanismo foi utilizado na Argentina pelo especulador americano El-Erian, e em numerosos outros países.

Os especuladores gostam de chamar o que fazem de “investimento”, quando na realidade se trata de aplicações financeiras, e gostam de falar do seu “capital”, quando se trata de movimentos especulativos. O que nos interessa dominantemente aqui, é claro, não é o movimento especulativo de dinheiro, e sim o movimento de recursos econômicos reais, que resultam em prédios, represas, produção, escolas. Interessa-nos justamente o capital, o processo de enriquecimento de uma sociedade. Encher o bolso deixando outra pessoa mais pobre constitui um mecanismo importante, é o mundo dos espertos. Investir o dinheiro de maneira a aumentar o volume de bens disponíveis é mais importante, é o mundo dos inteligentes. A sociedade avança quando se usa os recursos sociais de maneira inteligente. A imagem que se utiliza, é que a maré levanta todos os barcos.

A distinção destes dois níveis – as transferências entre indivíduos e o enriquecimento social - nos permite assim ver com mais clareza a distinção entre dinheiro e riqueza.

Para o indivíduo, ter dinheiro significa ser rico, pois pode trocar o seu dinheiro por produtos, bens e serviços que são da sua utilidade real, que lhe proporcionam satisfação. Para o país, no entanto, o dinheiro é papel, e podemos imprimir milhares de toneladas de papel com números inscritos, chamado dinheiro, e nem por isso a população viverá melhor, terá melhores casas, melhor saúde, melhor alimentação. Porque estas dependem da construção de casas, da existência de boas universidades para formar os médicos, enfim, de um processo muito concreto e trabalhoso de produção de bens e serviços.

Em outros termos, é necessário ter presente que riqueza, do ponto de vista social, não é constituída por papel-moeda, nem cheques, nem ações, nem títulos: estes são meros instrumentos de transferência de bens e serviços de uma mão para outra. Levam a riqueza a mudar de mãos, mas não criam riqueza alguma.

Ou seja, não há técnicas nem milagres monetários que façam um país enriquecer e a sua população viver melhor, se não aumentar a sua produção. Riqueza, em termos sociais, é capacidade de produção de bens e serviços.

Para entender o que é o capital, portanto, devemos partir do processo de produção.

Partiremos do exemplo mais simples, que pode ser aplicado ao pequeno ou grande empresário, ou ainda ao agricultor que abriu uma roça. Digamos que uma pessoa qualquer decida lançar-se na produção de sapatos, tendo como ponto de partida dinheiro próprio. Com este dinheiro, ela vai comprar um conjunto de bens e serviços que lhe permitirão lançar a produção. Trata-se de três qualidades de "mercadorias":

- a mão de obra para fazer a fábrica trabalhar;

- a matéria-prima (couro, pregos, cola, etc.) e a energia necessárias para fazer os sapatos;

- o equipamento (máquinas, prédio, etc.) que a mão de obra utilizará, para transformar a matéria-prima.

São os três componentes básicos do processo de produção. Com efeito, estão presentes em qualquer setor: para produzir pregos, é preciso contratar um trabalhador, que utilizará máquinas, para transformar o metal. Para produzir arroz, é preciso o agricultor, que utiliza a enxada, ou o trator, para tornar produtiva a semente. Para formar pessoas, precisamos de um professor, de livros, e de uma sala de aula.

Esta composição de elementos pode ser apresentada como segue:

T

D M Cc ...P ...M' - D'

C

Cf

D - Dinheiro inicial

M - Mercadoria (capital produtivo)

T - Trabalho

C - Capital constante

Cc - Capital circulante (matérias prima, energia...).

Cf - Capital fixo (máquinas, instalações...).

P - Processo produtivo

M' - Mercadoria final (capital-mercadoria)

D' - Dinheiro obtido como resultado da venda da mercadoria.

O esquema, se bem que complicado à primeira vista, é simples e permite entender bem o processo. Temos o ponto de partida D, ou seja, o dinheiro, também chamado, quando aplicado produtivamente, de capital-dinheiro. Na segunda etapa, temos M, mercadoria produtiva, também chamada de capital produtivo, que se subdivide em duas partes: a primeira, indicada por T, é a mão-de-obra, a quantidade de força de trabalho que utilizamos no processo de produção. A segunda parte de M é o capital constante C, que representa o conjunto de despesas que não são com a mão-de-obra. Assim, dividiremos C em duas grandes partes: uma (Cc) corresponde ao capital circulante – como o couro, a energia elétrica, os pregos, etc., utilizados para produzir o sapato. Esta parte é chamada de capital circulante na medida em que entra apenas uma vez no processo de produção: o couro que se empregou no sapato está incorporado ao sapato, não se utiliza mais, o mesmo acontecendo com a energia elétrica gasta no processo.

Ao contrário, a segunda parte (Cf), correspondendo ao capital fixo, entra muitas vezes no processo de produção e só será substituída quando gastar: é o caso da máquina, que resiste à produção de milhares de sapatos, ou da enxada, que servir para várias safras, enquanto o couro, ou a semente, só entram no processo uma vez.

A junção destes três elementos - o trabalho, o capital fixo e o capital circulante - permite um processo de produção, que indicamos no esquema por ...P....

O resultado deste processo ...P... é, naturalmente, um novo produto, uma mercadoria que incorpora o valor dos diversos elementos postos dentro dela – trabalho, matéria-prima, desgaste de máquinas – mas que constitui uma realidade nova, o sapato. Esta nova forma de existência do capital, que indicamos por M', é também chamada de capital-mercadoria.

Qual deles é capital, o dinheiro inicial, o capital-produtivo ou o capital-mercadoria obtido na fase final do ciclo? Os três, naturalmente, são capital no sentido econômico, na medida em que estão inseridos num ciclo de valorização, num ciclo chamado de reprodução de capital.

Este esquema, por simples e tradicional que seja na literatura econômica geral, permite colocar com clareza algumas relações básicas da economia.

Assim, por exemplo, o D, dinheiro inicial: de onde veio? É a poupança de um pequeno agricultor que agora pode semear uma área maior, ou é o dinheiro que um empresário pediu emprestado num banco onde o público o depositou, ou ainda o resultado de um subsídio do governo, ou uma composição de vários elementos? Coloca-se aqui todo o problema do capital inicial, do acesso ao dinheiro que permite a alguns indivíduos comprar capital produtivo, e tornarem-se capitalistas.

No nível da força de trabalho, coloca-se o problema do trabalhador dentro do processo produtivo. O valor de T por hora de trabalho será maior ou menor segundo o nível salarial, por sua vez ligado ao grau de organização sindical dos trabalhadores, à capacidade de pressão dos proprietários dos meios de produção, e ao nível de produtividade. É desta relação que vai resultar, por exemplo, a queda da parte dos salários no Brasil, de 45% do PIB em 1990, para 37% em 2000.

Quanto ao capital constante, coloca-se todo o problema da escolha dos investimentos a realizar: o que será preferível, utilizar um trabalhador com um trator (mais unidades de C e menos unidades de T), ou, pelo contrário, utilizar 10 trabalhadores com uma enxada cada um (mais gastos em T, menos gastos em C)? A compreensão desta relação, T/C, é fundamental para se entender o desenvolvimento de uma economia: trata-se da "composição orgânica do capital". O estudo da relação permite abordar problemas concretos: por exemplo, na Suíça, atualmente, o custo de um posto de trabalho industrial é da ordem de 150.000 dólares. Ou seja, para abrir um emprego na indústria, no nível atual de equipamento do setor, o gasto em C ser de cerca de 150.000 dólares. Um esquema de industrialização deste gênero é viável para um país pobre? Será possível abrir empregos para a população de um país subdesenvolvido com este investimento em capital constante por trabalhador? A África do Sul pós-apartheid, por exemplo, decidiu diferenciar áreas de ponta, onde o investimento tecnológico deve ser pesado – por exemplo, na indústria automobilística – e áreas que podem ser mais intensivas em mão-de-obra, como a agricultura alimentar, a saúde e da educação.

Da relação entre C e T, e em particular da proporção de cada um no processo de produção, decorre outra linha de estudo importante para a acumulação de capital: no caso de um trabalhador utilizar um trator, a escala de produção deve ser suficiente para cobrir o investimento fixo importante que constitui o trator. No caso de dez trabalhadores com enxada, o empregador pode reduzir a escala de produção sem perdas, pois basta recorrer a menos trabalhadores, já que o investimento fixo é limitado. O resultado é que, em países pobres, ou muito pequenos, fica difícil produzir para o mercado interno com uma composição orgânica do capital elevada, o que excluí do processo de industrialização destes países uma série de setores industriais com composição particularmente elevada.

No quadro do processo de produção ...P... estuda-se o conjunto de relações técnicas e de organização da produção, bem como a inovação tecnológica.

Enfim, ponto importante, o capital-mercadoria obtido, M', deverá ser novamente transformado em dinheiro para que o ciclo de produção possa recomeçar. Isto significa que o produto deve ser vendido a preços que permitam, no mínimo, a recuperação do capital inicialmente empatado. Esta transformação final do capital-mercadoria em capital-dinheiro, de M' em D', coloca o conjunto de problemas ligados à chamada "realização" do produto, à sua venda: problema da superprodução ou do subconsumo, problema da adequação da produção às necessidades do consumidor, problema do martelamento publicitário a que nos submetem as grandes empresas.

Esta última relação, entre o valor de capital inicial empatado D e o valor final D' obtido com a venda da mercadoria M', permite-nos avaliar os resultados da sucessão de ciclos de reprodução do capital.

Com efeito, imaginemos que o investidor obtenha no final do ciclo o mesmo dinheiro que empatou inicialmente: isto significa que, no caso de um roceiro que plantou arroz, o arroz obtido permite-lhe sobreviver durante o próximo ano agrícola (T), pôr de lado a semente (Cc), e pagar o desgaste dos seus equipamentos de trabalho, (Cf), não sobrando nada para comprar mais equipamento, ou adquirir semente melhor. Reproduzido, este ciclo levar ao mesmo produto de ano para ano, sem expansão da produção nem do aparelho produtivo: trata-se de uma reprodução de subsistência que não permite desenvolvimento, porque não aumenta o capital inicial.

Este tipo de reprodução, chamado de reprodução simples, não constitui um exercício teórico. A maioria da população rural do Terceiro Mundo, por exemplo, vive neste ciclo que um economista definiu bem ao dizer que os pobres são pobres, porque são pobres. Ou seja, são pobres demais para dispor do capital necessário para sair da pobreza. Quem viajou pelo interior da América Latina, da África ou da Ásia, sabe a que ponto se trata de um fenômeno generalizado. E as pessoas esquecem que neste início de milênio, a metade da população mundial ainda vive da agricultura. No Brasil de 2000, cerca de 17 milhões de pessoas trabalham na agricultura, contra cerca de 8 milhões na indústria.

Partindo da reprodução simples, em que D é igual a D' em valor, podemos conceber duas variantes.

A primeira é a de um valor de mercadoria produzida, inferior ao dinheiro empatado (D' é inferior a D). Neste caso, o produtor vê-se, no segundo ano de produção, com menos dinheiro para continuar a produção do que no ano precedente.

Em consequência, deverá contratar menos mão-de-obra, ou utilizar menos matéria prima. O resultado é, naturalmente, que produzirá menos. Este tipo de reprodução, em que D' é inferior a D, leva a um processo de descapitalização e falência da unidade produtiva. Em termos concretos e históricos, na Argentina de 1990 vemos quase um terço das empresas em situação de não poderem fechar o "ciclo produtivo" porque o dinheiro obtido com a venda dos produtos não permite a recompra do mesmo volume de capital produtivo, entrando em fase de descapitalização, ou de "sucateamento" como diz a imprensa.

A acumulação de capital constitui justamente o caso inverso, em que o produto obtido M' tem um valor como mercadoria que permite ao produtor obter um valor em dinheiro, no fim do ciclo, superior ao que teve no início: D' é maior do que o dinheiro inicial D.

Voltemos ao exemplo do agricultor que plantou arroz. Uma vez obtida a colheita, ele separa a semente que precisa para plantar no ano agrícola seguinte (Cc), separa o necessário para pagar o desgaste das suas ferramentas (Cf), e separa o que é necessário para a sua sobrevivência física, que corresponde à reprodução da sua força de trabalho (T). Uma vez assim repartido o produto, o agricultor constata que ainda lhe resta uma boa quantidade de arroz. Neste caso, diremos que há um excedente.

Este excedente é o elemento-chave de todo desenvolvimento econômico. Com efeito, é a partir dele que um pescador pode, por exemplo, comprar uma rede no lugar da sua vara de pesca, o que por sua vez o levará a capturar uma quantidade de peixe muito maior, obtendo maior excedente ainda no ciclo seguinte, permitindo, por exemplo, depois de alguns anos, a compra de um barco a motor, que aumentará ainda mais o seu excedente, e assim por diante.

Este é o tipo de reprodução, chamado de reprodução ampliada, que permite a acumulação de capital, o reforço cumulativo da capacidade de produzir riqueza. Em termos de sucessão de ciclos, o processo toma então a forma seguinte:

T

D – M ...P ... M' - D'

C

T

D' – M ...P ... M'' - D''

C

T

D'' – M ...P ... M''' - D'''

C

e assim por diante.